

RELATÓRIO DE GESTÃO

Através do presente relatório de gestão, vem a Gerência da empresa, dar conhecimento ao Sócio Único – Município de Penedono e terceiros que com a empresa têm relações, de alguns aspectos que considera mais relevantes e relacionados com a atividade desenvolvida pela ITB INVESTIMENTOS TURISTICOS DAS BEIRAS, LDA, adiante designada por ITB, no exercício de 2016. Assim:

1. EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA

O exercício de 2016 ficou marcado por uma complexa e difícil conjuntura económica nacional e internacional, que afetou todos os países, e em particular Portugal, o que gerou uma grande redução nos rendimentos e consequentemente uma forte queda no consumo dos portugueses.

Contudo, à margem da situação económica do país, a ITB não teve atividade no ano de 2016, devido aos trabalhos de remodelação do Hotel Rural assumida pelo sócio único, e por outro lado, a Zona de Caça Turística não foi entregue para qualquer tipo de exploração, não gerando assim qualquer rendimento.

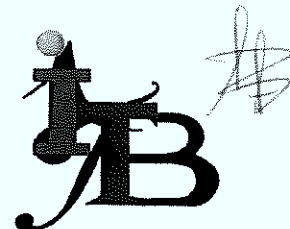
2. BREVE ANALISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA

A estabilidade financeira da empresa, registou uma evolução desfavorável, não tendo, no entanto, grande significado os valores obtidos em 2016, senão vejamos:

	2016	2015
Autonomia Financeira	86%	94%

3. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

No demais, não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.



4. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ACTIVIDADE

Em face da empreitada que decorre da remodelação do Hotel Rural assumida pelo sócio único, prevê-se que a firma entre em processo de alienação, de modo a que sejam, a título definitivo, transferidos, com a mesma, os dois ativos da firma e esta deixe, finalmente, de pertencer ao setor empresarial local, dando-se dessa forma cumprimento ao regime jurídico respetivo.

5. DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas ou privadas.

6. PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

Risco de taxa de juro:

O risco de taxa de juro representa a possibilidade de existirem flutuações no montante dos encargos financeiros futuros contraídos devido à evolução do nível de taxas de juro de mercado. Porém, a empresa não recorreu a qualquer financiamento no decurso da sua atividade.

Risco de liquidez:

A gestão de risco de liquidez, tem por objetivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

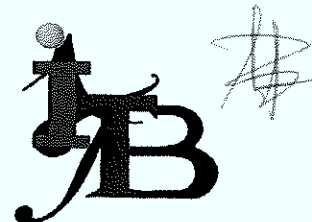
7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A gerência propõe que ao resultado líquido do exercício, que ascendeu a € 407,74 euros negativos, seja dada a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados

8. EXISTÊNCIA DE SUCURSAIS

A empresa não dispõe de sucursais.

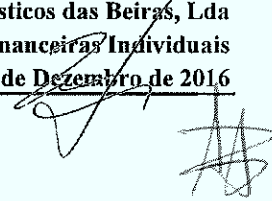


9. AGRADECIMENTOS

A gerência agradece a todos aqueles que colaboraram com a sociedade no ano findo, pela atenção, dedicação e disponibilidade demonstrada.

Penedono, 10 de Março de 2017

A GERÊNCIA



ITB Investimentos Turísticos das Beiras, Lda

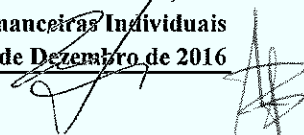
**Demonstrações Financeiras
Individuais**

~~~~~  
**Exercício 2016**  
~~~~~

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

Balanço Individual em 31 de Dezembro	4
Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa	6
Demonstração das Alterações ao Capital Próprio	7
Anexo	
1. Nota introdutória	9
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	9
3. Principais políticas contabilísticas	10
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	11
5. Activos fixos tangíveis	12
6. Activos Intangíveis	12
7. Locações	12
8. Inventários	13
9. Rédito	13
10. Provisões	13
11. Subsídios do Governo	13
12. Imposto sobre o rendimento	13
13. Activos e passivos financeiros	13
14. Capital Próprio	13
14.1 Capital	13
14.2 Reservas legais	13
14.3 Resultados transitados	13
15. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	14
16. Outras informações	14
16,01 Estado e Outros Entes Públicos	14
16,02 Caixa e Depósitos Bancários	15
16,03 Outras Contas a Pagar	15
16,04 Estado e Outros Entes Públicos	15
16,05 Fornecimentos e Serviços Externos	15
16,06 Outros Rendimentos e Ganhos	16
16,07 Outros Gastos e Perdas	16
16,08 Eventos Subsequentes	16



Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro

ITB Investimentos Turísticos das Beiras, Lda
Balanço Individual
 Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016
 (Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.16</u>	<u>31.Dez.15</u>
ACTIVO			
<i>Activo não corrente</i>			
Activos fixos tangíveis	5,00	11.387,31	11.387,31
		<u>11.387,31</u>	<u>11.387,31</u>
<i>Activo corrente</i>			
Inventários			
Clientes			
Estado e outros entes públicos	16,01	5.000,00	4.000,00
Diferimentos			
Outros activos correntes			
Caixa e depósitos bancários	16,02	2.934,49	2.771,68
		<u>7.934,49</u>	<u>6.771,68</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u><u>19.321,80</u></u>	<u><u>18.158,99</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
<i>Capital Próprio</i>			
Capital realizado	14,00	132.879,79	132.879,79
Prestações suplementares			
Reservas legais	14,00	4.574,39	4.574,39
Resultados transitados	14,00	-120.363,14	-115.769,39
Outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período		-407,74	-4.593,75
<i>Total do Capital Próprio</i>		<u>16.683,30</u>	<u>17.091,04</u>
<i>Passivo</i>			
<i>Passivo não corrente</i>			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
<i>Passivo corrente</i>			
Fornecedores			
Estado e outros entes públicos	16,04	908,50	1.067,95
Outras contas a pagar	16,03	1.730,00	
Diferimentos			
Outros passivos correntes			
		<u>2.638,50</u>	<u>1.067,95</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>2.638,50</u>	<u>1.067,95</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u><u>19.321,80</u></u>	<u><u>18.158,99</u></u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Penedono, 10 de Março de 2017

O Técnico Oficial de Contas



A Gerência



ITB Investimentos Turísticos das Beiras, Lda
Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016
(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.16</u>	<u>31.Dez.15</u>
Vendas e serviços prestados			
Subsídios à exploração			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	16,05	1.050,42	706,77
Gastos com o pessoal			
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Outros rendimentos e ganhos	16,06	4.950,00	402,10
Outros gastos e perdas	16,07	4.307,32	4.289,08
Resultado antes depreciações, gastos financiamento e impostos		<u>-407,74</u>	<u>-4.593,75</u>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes gastos financiamento e impostos)		<u>-407,74</u>	<u>-4.593,75</u>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		<u>-407,74</u>	<u>-4.593,75</u>
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		<u><u>-407,74</u></u>	<u><u>-4.593,75</u></u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Penedono, 10 de Março de 2017

O Técnico Oficial de Contas


A Gerência


ITB Investimentos Turísticos das Beiras, Lda
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016
(Valores expressos em euros)


	Notas	31.Dez.16	31.Dez.15
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Pagamentos a fornecedores			706,77
Caixa gerado pelas operações			-706,77
Outros Recebimentos/Pagamentos		-4.787,19	-3.789,17
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-4.787,19	-4.495,94
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativo fixo tangível			
Recebimentos provenientes de:			
Ativo fixo tangível		4.950,00	4.800,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		4.950,00	4.800,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)			
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		162,81	304,06
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.771,68	2.467,62
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2.934,49	2.771,68

Penedono, 10 de Março de 2017

O Técnico Oficial de Contas



A Gerência



ITB Investimentos Turísticos das Beiras, Lda
Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016
(Valores expressos em euros)

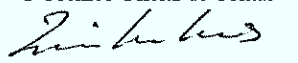
Capital Próprio atribuído aos detentores do capital

	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras Variações no capital próprio	Resultado líquido exercício	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2016	132.879,79	4.574,39	-115.769,39		-4.593,75	17.091,04
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			-4.593,75		4.593,75	
Resultado Líquido do Período					-407,74	-407,74
Resultado Integral					4.186,01	-407,74
Operações com detentores capital próprio						
Posição no Fim do Período 2016	<u>132.879,79</u>	<u>4.574,39</u>	<u>-120.363,14</u>		<u>-407,74</u>	<u>16.683,30</u>

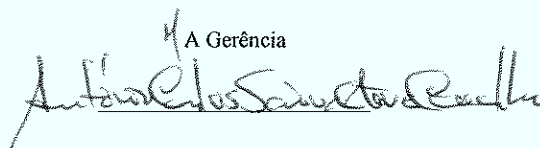
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Penedono, 10 de Março de 2017

O Técnico Oficial de Contas



A Gerência



ITB Investimentos Turísticos das Beiras, Lda
Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016
(Valores expressos em euros)

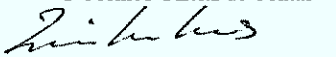
Capital Próprio atribuído aos detentores do capital

	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras Variações no capital próprio	Resultado líquido exercício	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2015	132.879,79	4.574,39	-80.547,90		-35.221,49	21.684,79
Alterações no período						
Outras alterações no capital próprio			-35.221,49		35.221,49	
					35.221,49	
Resultado Líquido do Período					-4.593,75	-4.593,75
Resultado Integral					30.627,74	-4.593,75
Operações com detentores capital próprio						
Posição no Fim do Período 2015	132.879,79	4.574,39	-115.769,39		-4.593,75	17.091,04

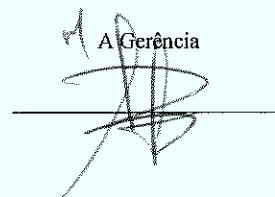
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Penedono, 10 de Março de 2017

O Técnico Oficial de Contas



A Gerência



Empresa: ITB Investimentos Turísticos das Beiras, Lda

**Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016**

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A Empresa ITB Investimentos Turísticos das Beiras, Lda, foi constituída em 14 de Abril de 1992, tem a sua sede na Av. Adriano de Almeida. A Empresa tem como actividade principal Estalagem com Restaurante e não teve qualquer colaborador ao seu serviço.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2016 as demonstrações financeiras da ITB Investimentos Turísticos das Beiras, Lda foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos” .

d) Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como activos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicada a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da empresa são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transacções em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevaletentes à data da transacção.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transacções bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos activos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transacções.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 17%, sobre a matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

3.4. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.6. Capital social

As quotas dos sócios são classificadas em capital próprio

3.7. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.8. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo. Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

3.9 Inventários

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efectuar a sua venda.

3.10 Riscos Financeiros

Os riscos financeiros incluem um largo conjunto de riscos que a empresa enfrenta diariamente. A sua gravidade depende de vários factores que incluem a dimensão da empresa, sector de actividade, situação financeira e a direcção de mercado.

A empresa está associada vários riscos financeiros dentro dos quais se destacam os seguintes:

a) Risco de crédito

Relativamente ao risco de crédito, as políticas em vigor asseguram que as vendas são efectuadas para clientes com um adequado historial de crédito.

b) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades necessárias e a disponibilidade de fundos através de crédito negociado. Devido à natureza dos seus negócios, a empresa tem como objectivo uma gestão flexível de fundos através da manutenção das linhas crédito disponíveis.

Nota 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não aplicável

Nota 5 - Activos fixos tangíveis

O movimento ocorrido na rubrica Activos Fixos Tangíveis e respectivas Depreciações, nos exercícios de 2016 e de 2015 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2016						
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-16
Custo:						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico	36.044,54		-10.570,84			25.473,70
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo	4.399,14					4.399,14
Outros activos fixos tangíveis	28.793,03					28.793,03
Investimentos em curso						
	<u>69.236,71</u>		<u>-10.570,84</u>			<u>58.665,87</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico	35.006,79		-10.570,84			24.435,95
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo	4.399,14					4.399,14
Outros activos fixos tangíveis	18.443,47					18.443,47
	<u>57.849,40</u>		<u>-10.570,84</u>			<u>47.278,56</u>
Total líquido	<u>11.387,31</u>					<u>11.387,31</u>

31 de Dezembro de 2015						
	Saldo em 01-Jan-15	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Reval.	Saldo em 31-Dez-15
Custo:						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	845.322,42		-845.322,42			
Equipamento básico	125.941,42		-89.896,88			36.044,54
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo	19.346,62		-14.947,48			4.399,14
Outros activos fixos tangíveis	98.928,41		-70.135,38			28.793,03
Investimentos em curso						
	<u>1.089.538,87</u>		<u>-1.020.302,16</u>			<u>69.236,71</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	567.708,45		-567.708,45			
Equipamento básico	117.949,62		-82.942,83			35.006,79
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo	19.346,62		-14.947,48			4.399,14
Outros activos fixos tangíveis	88.578,85		-70.135,38			18.443,47
	<u>793.583,54</u>		<u>-735.734,14</u>			<u>57.849,40</u>
Total líquido	<u>295.955,33</u>					<u>11.387,31</u>

Nota 6 - Activos intangíveis

Não aplicável

Nota 7 - Locações

Não aplicável

Nota 8 - Inventários

Não aplicável

Nota 9 - Rédito

Não aplicável

Nota 10 - Provisões

Não aplicável

Nota 11 - Subsídios

Não aplicável

Nota 12 - Imposto sobre o Rendimento

O movimento ocorrido na rubrica Imposto sobre o Rendimento, nos exercícios de 2016 e de 2015 foi o seguinte:

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Resultado antes imposto	-407,74	-4.593,75
Imposto sobre o rendimento do período		
Tributações autónomas		
	<u> </u>	<u> </u>
	<u> </u>	<u> </u>

Nota 13 - Ativos e Passivos Financeiros

Não aplicável

Nota 14 - Capital Próprio

14.1 Capital

Em 31 de Dezembro de 2016 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por uma quota com o valor nominal de 132.879 euros, pertencente ao sócio Município de Penedono.

14.2 Reservas Legais

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

14.3 Resultados Transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 31 de Março de 2016, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse transferido para a rubrica resultados transitados.

O movimento ocorrido na rubrica Capital Próprio, nos exercícios de 2016 e de 2015 foi o seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Capital	132.879,79	132.879,79
Reservas legais	4.574,39	4.574,39
Resultados Transitados	-120.363,14	-115.769,39
Outras variações no capital próprio		
Resultado líquido do período	-407,74	-4.593,75
	16.683,30	17.091,04

Nota 15 - Divulgações exigidas por diplomas legais

A gerência informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

A empresa não é devedora ao Estado e à Segurança Social por quaisquer dívidas fiscais e contributivas em situação de mora. Dá-se deste modo cumprimento ao disposto no artigo 2º do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de Novembro e no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro (Código Contributivo).

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

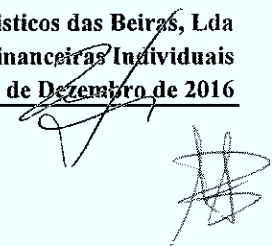
	CAE: 55.113	31-Dez-16	31-Dez-15
Vendas			
Prestações de serviços			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		1.050,42	706,77
Gastos com pessoal			

Nota 16 - Outras informações

16,01 Estado e Outros Entes Públicos

O movimento ocorrido na rubrica Estado, nos exercícios de 2016 e de 2015 foi o seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		
Outros impostos e taxas	5.000,00	4.000,00
	5.000,00	4.000,00



16,02 Caixa e Depósitos Bancários

O movimento ocorrido na rubrica Caixa, nos exercícios de 2016 e de 2015 foi o seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Caixa	215,25	
Depósitos à ordem	2.719,24	2.771,68
Depósitos à prazo		
	2.934,49	2.771,68

16,03 Outras Contas a Pagar

O movimento ocorrido na rubrica Outras Contas a Pagar, nos exercícios de 2016 e de 2015 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2016		31 de Dezembro de 2015	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de investimento				
Credores por acréscimo de gastos				
Outras contas a pagar		1.730,00		
		1.730,00		

16,04 Estado e Outros Entes Públicos

O movimento ocorrido na rubrica Estado, nos exercícios de 2016 e de 2015 foi o seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Passivo		
Imposto sobre o rendimento		
Imposto sobre o valor acrescentado	908,50	1.067,95
Segurança Social		
Outros impostos e taxas		
	908,50	1.067,95

16,05 Fornecimentos e Serviços Externos

O movimento ocorrido na rubrica Fornecimento e Serviços Externos, nos exercícios de 2016 e de 2015 foi o seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Subcontratos		
Serviços especializados	1.050,42	706,77
Materiais		
Energia e fluidos		
Deslocações, estadas e transportes		
Serviços diversos		
	1.050,42	706,77

16,06 Outros Rendimentos e Ganhos

O movimento ocorrido na rubrica Outros Rendimentos e Ganhos, nos exercícios de 2016 e de 2015 foi o seguinte:

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Rendimentos suplementares		
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Outros rendimentos e ganhos	4.950,00	402,10
	<u>4.950,00</u>	<u>402,10</u>

16,07 Outros Gastos e Perdas

O movimento ocorrido na rubrica Outros Gastos e Perdas, nos exercícios de 2016 e de 2015 foi o seguinte:

	<u>31-Dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Impostos	4.307,32	4.288,48
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas em inv. não financeiros		
Outros gastos e perdas		0,60
	<u>4.307,32</u>	<u>4.289,08</u>

16,08 Eventos Subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

A gerência agradece a todos aqueles que colaboraram com a sociedade no ano findo, pela atenção, dedicação e disponibilidade demonstrada.

Penedono, 10 de Março de 2017

H. A. Gerência

O Técnico Oficial de Contas

ANTÓNIO NUNO MENDES MARQUES DE OLIVEIRA

Inscrito na lista de OROC sob o n.º 906

Contribuinte n.º 193 093 278

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS/RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **ITB – Investimentos Turísticos das Beiras, Lda**, que compreendem:

- o balanço em 31 de dezembro de 2016 que evidencia um total de **19.321,80 euros** e um total de capital próprio de **16.683,30 euros**, incluindo um resultado líquido negativo de **(407,74) euros**,

- a demonstração dos resultados por naturezas,

relativas ao ano findo naquela data, e a informação complementar (ou o Anexo às demonstrações financeiras).

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística para Microentidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações de acordo com a Norma Contabilística para Microentidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

ANTÓNIO NUNO MENDES MARQUES DE OLIVEIRA

Inscrito na lista de OROC sob o n.º 906

Contribuinte n.º 193 093 278

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

2

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que a auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística para Microentidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas

ANTÓNIO NUNO MENDES MARQUES DE OLIVEIRA

Inscrito na lista de OROC sob o n.º 906
Contribuinte n.º 193 093 278

sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística para Microentidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais..

Viseu, 10 de Março de 2017

António Nuno Mendes Marques de Oliveira

Economista

Revisor Oficial de Contas

R. António Alves Martins, 14 - 3º, sala BD • 3500-078 VISEU

Tel.: 232 426 834 • Fax: 232 436 093 / Telem.: 917 234 784

António Nuno Mendes Marques de Oliveira

(ROC n.º 906)